

Relações de gênero e poder: trajetória de um grupo de artesãs na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – Médio Solimões- Amazônia-Brasil.

Processo de produção de conhecimento refere-se ao avance de investigación en curso

GT 11: Gênero, Desigualdade e Cidadania

Marília de Jesus da Silva e Sousa

Resumo

Ao compreender que as relações sociais de gênero são relações permeadas de poder, proponho neste artigo analisar aspectos da trajetória política de um Grupo de Artesãs formado por 23 mulheres moradoras de comunidades ribeirinhas situadas na RDS Amanã. A história deste grupo está associada ao incremento e valorização do artesanato produzido pelas mulheres cujo contexto socioambiental vivenciado pelas artesãs permeia o desafio de negociar direitos equitativos junto às lideranças masculinas que protagonizam historicamente os processos decisórios que abrangem a gestão de uma Unidade de Conservação. A análise focaliza os efeitos nas relações de gênero uma vez que o artesanato produzido pelas artesãs alcançou projeção nacional garantindo acesso à renda às mulheres e reposicionando-as no campo sócio-político e na esfera familiar.

Palavras-Chaves: Relações de Poder, Artesãs, Gênero.

Introdução

No trabalho intitulado “Identidade Gênero e Sexualidade”, Grossi (1998) define gênero como “uma categoria empregada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual” (GROSSI, 1998, p. 6). Nesta perspectiva gênero é usado para definir tudo que é social, cultural e historicamente determinado, ou seja, a partir de um conjunto de relações e/ou interações sociais entre indivíduos do sexo masculino e feminino constitutivo de dinamicidade e ressignificações.

Para Strathern (2007) o simbolismo de gênero exerce papel fundamental sobre a vida social, nestes termos, a autora sugere como as relações de gênero aglutina o grupo; orienta as idéias e as práticas sociais.

Ao observar que o debate sobre as questões de gênero é produto de forças sociais, e, portanto de poder, reporto-me à definição de poder defendida por Foucault: “o poder é uma relação de forças” (DELEUZE, 2005, p. 78), o que significa dizer que toda relação de força é uma “relação de poder”, e, deste modo, toda força já expressa uma relação.

Neste sentido as reflexões empreendidas neste artigo visa contemplar alguns temas pontuados pelo GT 11 (Gênero, Desigualdade e Cidadania) em particular os pontos que abordam as relações de gênero e poder e família e redefinição de funções de gênero. Sendo assim, com o entendimento que as relações sociais de gênero são relações políticas permeadas de campo de poder apresento neste artigo¹ uma reflexão baseada na trajetória política de um Grupo de Artesãs formado por 23 mulheres moradoras de

¹ Esta análise faz parte do meu projeto de pesquisa de doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM) que está em andamento.

cinco comunidades² ribeirinhas situadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Médio Solimões. A trajetória deste grupo é marcada pela busca de valorização do trabalho de artesanato produzido pelas mulheres e pelo reconhecimento da importância da organização e atuação política das mulheres. O manejo tradicional dos recursos florestais não madeireiros, utilizados na confecção de artesanato, imprime uma marca diferenciadora aos produtos destas artesãs. Trabalhando coletivamente as mulheres assimilam e aprimoram o aprendizado das técnicas de confecção de artefatos domésticos e passam a produzir um repertório de artesanatos decorativos para fins comerciais.

A organização do grupo e o desenvolvimento da atividade artesanal propiciaram ingressos econômicos para as mulheres e instituiu maiores possibilidades de inserção das mesmas nos processos políticos de tomadas de decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais no contexto de um regime ambiental onde um novo modelo de territorialidade foi estabelecido. Este fato tem promovido uma maior atuação das mulheres nas várias organizações políticas existentes nas comunidades em que as artesãs estão vinculadas e, ao mesmo tempo imprime um ambiente favorável para o fortalecimento da difusão de técnicas e conhecimentos tradicionais empregadas de uma geração para outra.

Nesta trajetória as mulheres vivenciam o desafio constante de negociar com as lideranças masculinas que assumem historicamente os processos decisórios das organizações locais, nos espaços políticos de tomadas de decisões sobre a gestão de uma unidade de conservação. Em outros termos, o campo político em questão está situado numa estrutura social em que os homens protagonizam processos políticos de discussão e de decisões.

Deste modo, o enfoque principal deste artigo é analisar as mudanças ocorridas a partir do momento que as mulheres passam a ter acesso direto à renda por meio da produção e comercialização do artesanato. A priori, as principais referências de mudanças analisadas neste artigo, serão no domínio das relações sociais de gênero, na dinâmica da vida familiar, no processo engajamento político das mulheres nos diferentes espaços decisórios. Tais referências de mudanças serão apresentadas a partir do depoimento e discurso das artesãs em contraponto com as reações das lideranças masculinas das comunidades que se dá em contextos de negociação em diferentes campos sociais.

É pautada no material etnográfico disponível até o momento, que discuto como estão fundadas às relações (de poder) na realidade em questão e como homens e mulheres, ou melhor, os agentes sociais ligados às organizações locais, estabelecem relações e negociam interesses para atender e/ou atingir propósitos individuais e coletivos a partir da sua percepção de mundo.

Pressupostos teórico-metodológicos

A práxis social do grupo é analisada a partir de diferentes eventos sociais vivenciadas pelas principais lideranças do grupo de mulheres em análise. Parto da compreensão que ocupar um cargo liderança dentro do grupo, implica em ganho de prestígio e de capital simbólico para as mulheres uma vez que a experiência do exercício de cargos de liderança em organizações coletivas rurais investe as mulheres de um novo posicionamento na estrutura social, cuja abrangência ultrapassa as fronteiras de atuação do grupo e se amplia às demais organizações coletivas locais. Consequentemente as mulheres passam a atuar com maior relevância (quantitativa e qualitativa) nos espaços políticos e decisórios como, por exemplo, na associação de produtores (Associação dos Produtores do Setor Coraci – APSC) bem como conquista representatividade na CAMURA (Central das Associações de Moradores e Usuários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã), a principal organização representativa local.

Por meio de cenários políticos de negociações presentes na trajetória política do grupo de mulheres e do discurso situado das artesãs procuro estabelecer um diálogo com a proposta teórica de autores que discutem as distintas modalidades e manifestações de relações de poder no contexto da produção

² As comunidades são: Iracema, São João do Ipecaçu, São Paulo do Coraci, Vila Nova do Coraci e Matuzalém.

antropológica, e com a produção antropológica feminista, de modo a contrapor teorias e idéias num campo teórico que discute relações de gênero e poder conforme preconiza os objetivos e as linhas temáticas do GT 11. O material etnográfico será complementado com os registros feitos durante os anos de experiência de trabalho que exerci na qualidade de extensionista e assessora do grupo. Recorro também aos meus apontamentos de campo e relatórios das reuniões realizadas com o grupo ao longo de uma década.

Cenário etnográfico: a trajetória política do grupo de artesãs.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) é uma Unidade de Conservação estadual, decretada em 1998 pelo governo do estado do Amazonas na categoria de uso sustentável. Tem como proposta conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável das populações tradicionalmente usuárias dos recursos naturais da área. Localiza-se entre as bacias do médio rio Negro e do baixo Japurá com uma área total de 2.313.000 hectares. É deste modo um espaço territorial construído por meio de dispositivos jurídicos.

É este lugar que constitui a realidade social das artesãs moradoras das comunidades de Vila Nova do Coraci, São Paulo do Coraci, Iracema, São João do Ipecaçu e Matusalém. Ao se reunirem para formar um grupo de mulheres, o espaço de referência territorial das mulheres foi ampliado e a referência de trabalho e de organização do grupo passou a ser o “setor”, que se constitui na organização geopolítica dos moradores locais. É neste contexto organizativo que estão inseridas o Grupo de Artesãs foco de análise deste artigo.

O Grupo de Mulheres do Setor³ Coraci foi fundado em 2001 com a participação de 37 mulheres. É composto atualmente de 23 sócias. O grupo está integrado à Associação dos Produtores do Setor Coraci (APSC) formado por pescadores, agricultores e artesãs, no qual as mulheres têm participação como sócias e exercem cargos na diretoria, quando lhes são conferidos ou quando há disponibilidade das mulheres para pleitearem tais postos. As sócias do grupo estão integradas por uma rede de sociabilidade, em que um conjunto de normas estabelecidas impacta umas às outras. O vínculo de parentesco é uma característica marcante e tem um papel tanto de integrador, como também opera para criar relações conflituosas, disputa e de poder tanto no interior do grupo como também no âmbito das relações sociais mais amplas onde o grupo está atuando.

O contexto histórico de constituição do trabalho deste grupo é caracterizado pela atuação das mulheres (associadas ao grupo) na gestão da produção e comercialização de artesanatos confeccionados com uma fibra vegetal denominada de cauçu (*Calathea lutea*). Para agregar valor aos artesanatos, as “talas de cauçu” como são denominadas pelas artesãs, são tingidas com corantes naturais extraídos de uma variedade de plantas (crajiru, safroa, anil e urucu). Os produtos são comercializados pelas artesãs no mercado local, regional e nacional. Deste modo a formação do grupo está relacionada com a retomada de um fazer manual (objetos artesanais) que se encontrava restrito ao conhecimento de poucas mulheres (mais antigas) das comunidades que detinham tal conhecimento. Neste sentido, o acesso a este saber pelas mulheres jovens foi estimulado a partir da organização do grupo.

Esta atividade está possibilitando acesso à renda para as mulheres e suas famílias e, ao mesmo tempo provoca uma maior atuação das mulheres nas várias organizações políticas existentes nas comunidades em que as artesãs estão vinculadas.

A trajetória do grupo é caracterizada pela busca de uma identidade materializada no nome. Inicialmente foi batizado de “Grupo de Mulheres do Setor Coraci”, para fazer alusão tanto às mulheres como o lugar

³ O setor é um termo usado para se referir a um conjunto de comunidades que consiste no modelo de organização geopolítica das comunidades locais. Neste caso, as comunidades que formam o Setor Coraci são: Iracema, São João do Ipecaçu, Vila nova do Coraci, São Paulo do Coraci, Matusalém, Nova Canaã e Ébenezer. As mulheres associadas ao grupo de artesãs são moradoras das cinco primeiras comunidades.

onde elas residem. Em seguida, passou a ser denominado de “Grupo de Mulheres Artesãs do Setor Coraci”, cuja referência assinala as mulheres e o lugar de residência, e também valoriza a principal atividade desenvolvida pelas mulheres. Por razões comerciais o grupo adotou, em 2008, o nome de “Teçume da Amazônia”, referência ampla cujo lugar de pertencimento passou a ser a Amazônia. A identidade do grupo ficou caracterizada pela expressão local “tuçume” – forma pela qual as mulheres denominam os artesanatos confeccionados com fibras vegetais.

As mãos habilidosas e domínio da tecnologia constituída no saber tradicional são as principais ferramentas de trabalho complementadas com utensílios domésticos que envolvem tecnologia simples. Neste ambiente criativo o tradicional se mistura ao contemporâneo num ritmo intenso de criação e recriação cadenciado pelo tempo e dedicação que as mulheres dispõem ao trabalho materializado no repertório de objetos produzidos⁴. O processo de mudança no nome do grupo consiste num dado significativo, pois delimita claramente os diferentes caminhos percorridos pelas artesãs. Estes caminhos constituem-se em fase visualizadas no nome que estão diretamente influenciados pelo contexto social vivenciado, construído e pleiteado pelas mulheres associadas ao grupo.

Desde a criação do grupo as artesãs contam com o incentivo e assessoria do Instituto Mamirauá⁵ por meio do Programa de Artesanato⁶ que acompanha e assessora as atividades do grupo por meio de ações (sobretudo, oficinas) voltadas para incrementar a produção e a melhoria dos objetos artesanais visando à implementação de boas práticas de manejo e melhor alocação no mercado. Oficinas de planejamento, marketing dos produtos, formação de preços entre outros compõe o leque de atividades realizadas.

No aspecto organizacional e gestão foram ministradas oficinas de empoderamento de gênero, organização política, elaboração de projetos comunitários e apoio à comercialização visando à autogestão das atividades do grupo. Pesquisa científica sobre a ecologia do cauçu e experimentações sobre os recursos naturais não madeireiros utilizados na produção do artesanato, constitui uma das bases principais das atividades de assessoria direcionadas para o manejo dos recursos naturais.

É importante dizer que o trabalho desenvolvido com as mulheres visando à promoção da atividade artesanal estava conjugado com a proposta de promover à inserção das mulheres nos processos decisórios de organização comunitária. Esta premissa almeja agenciar a “participação equitativa” de homens e mulheres nas tomadas de decisões no contexto de um projeto de desenvolvimento sustentável que envolve tomada de decisões em níveis amplos, cuja atuação de homens e mulheres moradores de uma Unidade de Conservação é considerada fundamental.

Na visão institucional em voga, na época⁷, parte-se do entendimento que a atividade artesanal propicia ingresso de renda às mulheres e ao mesmo tempo instituiu maiores possibilidades de inserção das mulheres no processo de tomadas de decisões sobre o acesso e uso dos recursos naturais. Apresenta ainda um ambiente favorável para o fortalecimento da difusão de técnicas e conhecimentos tradicionais repassadas de uma geração para outra.

⁴ Balaio, peneira, vaso, tupés, porta-revista, porta-lápis, porta-jóia, fruteira, petisqueira, jogo de mesa Amanã e tamboretas formam a lista dos objetos produzidos pelas artesãs.

⁵ O IDSM foi criado em 1999 e se constitui como uma unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/MCTI na categoria de Organização Social (OS). É uma entidade regida sob as regras do direito privado que exerce finalidade pública e obedece aos critérios de controle de gastos e auditorias internas e externas. Como uma Organização Social, o Instituto Mamirauá, executa ações por meio de um contrato de gestão pactuado junto ao MCTI que delimita o conjunto de atividades a serem executadas. A missão estatutária do IDSM consiste na realização de pesquisas científicas para “a Conservação da Biodiversidade com manejo participativo e sustentável dos recursos naturais na Amazônia” (Cfe Estatuto do IDSM, Art. 4).

⁶ O Programa de Artesanato do Instituto Mamirauá desenvolve atividades de pesquisa e extensão nas reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Embora a institucionalização do programa tenha ocorrido em 2004, às ações de promoção e apoio à produção de objetos artesanais junto às comunidades das reservas acontecem desde 1998 através da organização dos grupos de mulheres.

⁷ Esta visão foi conduzida por mim enquanto atuei como extensionista cuja principal atividade foi promover a organização das mulheres tendo a atividade de produção de artesanato um dos instrumentos de empoderamento.

É neste sentido que Kuchemann (2000) defende que uma das estratégias para desenvolver planos de ação com enfoque de gênero em Unidades de Conservação é o estímulo à produção artesanal, pois há disponibilidade de recursos florestais e práticas tradicionais para esta atividade. Apoiar a atividade significa contribuir tanto com a conservação ambiental como com a promoção da cultural local bem como gerar um importante ingresso monetário.

Ultrapassa mais de uma década de uma trajetória marcada pela busca permanente de garantir a existência e o fortalecimento político do grupo⁸ bem como pela apropriação de um campo político e econômico. Atualmente, as mulheres participam ativamente da composição da renda familiar e, das decisões políticas nas comunidades e em outras organizações locais. Entretanto, as mulheres ainda enfrentam situações de restrições quanto a participação nos processos de tomadas de decisões no âmbito da gestão da RDS Amanã e, em várias circunstâncias, a opinião das mulheres é desqualificada. Nesta caminhada, as mulheres foram demandadas a gerir diferentes situações cuja capacidade de negociação lhes foi exigido em vários contextos, seja no âmbito organizativo num confronto político com as lideranças masculinas locais como no acesso, controle e gestão da sua principal fonte de matéria-prima (*Calathea lutea*) com os agricultores rurais. Um enfrentamento primordial para as mulheres é desmistificar uma compreensão culturalmente construída em que assuntos, tais como, manejo de recursos pesqueiros, não é considerado assunto que diz respeito às mulheres. Tal entendimento procura limitar a participação das mulheres em temas relativos à produção de artesanato, as atividades agrícolas e domésticas.

De outro modo o processo de construção do grupo está caracterizado por outros desafios, sobretudo, pelo estado permanente de disputas internas entre mulheres dentro e fora do grupo. Porém o maior desafio é a relação de tensão com os homens, tanto os maridos, como os demais membros masculinos das comunidades.

As artesãs, os discursos e as mudanças

A narrativa das mulheres reflete como a concepção de mundo das artesãs associadas ao grupo sofre alterações a partir do momento que atuam na organização do grupo. Apresenta ainda as mudanças de diferentes ordens, não apenas de ordem econômica, produzido na vida das mulheres por meio do trabalho com o artesanato.

[...] é porque antes assim para mim agente mulher era mulher, era uma coisa assim que sei lá mulher tinha que ser só o homem que mandava em tudo, enquanto não, é a gente tem tanto valor que às vezes nem a gente mesmo dá valor na gente como mulher. Não é porque o homem é homem não, negativo, nós dois somos iguais. Então eu acho assim que como mulher e como mãe, depois que entrei no grupo, eu aprendi a ter mais responsabilidade, aprendi mais a conseguir as coisas, como mãe saber mais assim sobre o trabalho como organizar mais a minha casa, como ajudar no sustento junto com o

⁸ O grupo coleciona em seu curriculum quatro prêmios nacionais que o qualifica e fortalece. Em 2005 ganhou o IV Concurso Latino Americano de Empreendimentos Exitosos Liderados por Mulheres. Em 2008 recebeu o prêmio SEBRAE TOP 100 de artesanato brasileiro, qualificando a produção artesanal das artesãs entre os 100 melhores artesanatos do Brasil. Em dezembro de 2009 recebe o prêmio Cultura Populares da Secretaria da Identidade e Diversidade do Ministério da Cultura. Este prêmio amplia a ressignificação local do trabalho das artesãs, deixando de ser interpretado como uma forma de renda para ganhar status de objeto cultural. Em 2013, a atual coordenadora do grupo é contemplada no Projeto Mulher Artesã Brasileira cujo trabalho e a organização do grupo enquadra-se no contexto de sócio-econômico brasileiro das mulheres que alcançaram na produção artesanal, não somente uma forma de subsistência, mas também uma motivação constante de transformação da realidade social.

marido, como sustentar, eu acho bonito a organização uma organização de artesãs do meu grupo eu também acho bonito minha organização na minha casa com meus filhos conversar [...]. Artesã, 42 anos.

[...] logo que eu comecei a sair para fazer as viagens [para participar de feiras de artesanato pelo Brasil], quando eu chegava eu via que ele [marido] estava diferente, mas daí eu fui conversar com ele, sentei conversei com ele e falei que o meu trabalho era aquele, que eu ia fazer essas viagens, mas eu ia a trabalho, mas aí eu aprendia muitas coisas que hoje eu repasso para ele: assim olha gente tem que subir, agente tem que crescer e não diminuir eu aprendi muitas coisas fazendo essas viagens, participando de reunião em termos assim de como crescer mais e não voltar para trás, mas sim andar para frente [...]. Artesã, 44 anos.

[...] quando a gente trabalhava só na roça e com outros plantios gente não tinha uma condição para a gente, hoje melhorou muito para mim como para as outras artesãs também... hoje a gente compra as coisas de valor pra dentro de casa. A minha estante eu comprei com o dinheiro de artesanato, a metade da minha televisão foi eu quem ajudei pagar, DVD eu comprei pra mim com o meu dinheiro, tenho um radinho, vasilha, tudo isso eu tenho comprado, eu ajudei a comprar minha freezer também, uma prestação eles [os filhos e marido] davam, outra parte eu preenchia, quando faltava um pouco eu preenchia o que estava faltando, e pra mim é um trabalho que não sei quando eu vou deixar, só quando eu morrer [...]. Artesã, 38 anos.

[...] Aí vieram várias feiras de artesanato, as mulheres não produziam, não tinham uma renda mensal, todas as mulheres aqui. Porque tu planta roça hoje, se tu plantar roça esse mês de abril, se for uma maniva ligeira, só vai produzir com oito meses, aí que tu vai começar arrancar ela. Se for uma maniva de um ano, só com um ano q tu vai começar produzir. E era assim o plano... plantava esse ano pra colher no outro ano. E aí, as coisa já era muito difícil. E já com a tala [o artesanato], você faz e vende para feira, vendia para aquelas lojas que encomendam nós faz um monte e nós trabalhava dia e noite. Tu lembra daquele tempo q a loja encomendou? Então ali, as mulheres elas viram o dinheiro chegar... e aí quanto mais tecia, mais vendia e aí a gente se animou [...]

Reuniões, oficinas de capacitação, viagens para feiras nacionais de artesanato e a ocupação permanente na feitura dos objetos artesanais configura-se na nova rotina de trabalho das mulheres e altera, sobretudo, a rotina doméstica das famílias e atuação das mulheres no trabalho agrícola. Maridos, filhos, filhas passam a sentir a ausência das mulheres e inicia-se um processo de cobrança no cotidiano da casa. Por sua vez, os ingressos econômicos procedentes da venda do artesanato, cria um sentimento ambíguo entre os homens: de um lado, o orgulho pelos resultados promissores que o trabalho apresenta, mas também apreensão pela sensação de perda do controle da rotina de vida das mulheres. Se antes as mulheres dedicavam-se apenas ao trabalho da roça, plantios e atividades domésticas, a partir do desenvolvimento da atividade artesanal, passou a existir uma demanda permanente da participação delas nos eventos de qualificação deste trabalho que leva as mulheres a se ausentarem das atividades comumente realizadas por elas.

Percebe-se um sentimento de “perda de controle” da mulher e da família por parte dos homens. Uma frase pronunciada pelo marido de uma das sócias do grupo, durante a eleição da diretoria da Associação dos Moradores da Reserva Amanã, é revelador neste sentido: “quem manda na minha mulher agora é o grupo, é o setor, não é mais eu...?”.

A questão a ser aprofundada é como vai se constituir o processo de comunicação entre homens e mulheres num contexto de tensão em que as mulheres buscam inserção no espaço político, que é um espaço de poder, seja no contexto familiar como também no campo mais amplo das organizações políticas em que as comunidades estão inseridas.

Como nos diz Foucault (1998), na sua obra “História da sexualidade I”

“ [...] o poder não é uma instituição e nem um estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa, numa dada sociedade determinada” (1993, p. 89).

Pensando o conceito de poder neste viés de descontinuidade, onde diferentes situações configuram e reconfiguram novas relações sociais de poder, fica então a pergunta: como as mulheres artesãs se constituem e querem ser reconhecidas como agentes sociais?

Para iluminar essa questão, o histórico de atuação do grupo, as situações vivenciadas, os deslocamentos percorridos as concepções de mundo do que é ser homem e ser mulher, precisam ser recuperadas em detalhes. Como sugere Bourdieu (2004) só se desmonta a dominação entendendo como ela funciona, isto é, entendendo qual é a gênese dessa dominação, e isso se faz desnaturalizando o mundo social. O campo deve desmontar a teoria e o problema vai ser construído a partir do que o campo aponta.

Eventos de negociação: relações de poder e manipulação de regras sociais

Utilizando trechos de entrevistas com as principais lideranças do grupo elucidado como as mulheres lançam mão de estratégias para ocupar espaços nas comunidades. O recorte da entrevista apresenta o momento em que as artesãs moradoras de uma das comunidades⁹ que tem mulheres filiadas convocam uma reunião para negociar o uso do barco da comunidade para possibilitar que todas as artesãs associadas ao grupo participem de uma Oficina de Capacitação de Artesanato no município de Tefé.

[...] aí a Maria [sócia do grupo] disse: se as mulheres das outras comunidades não forem pelo menos nós do São João do Capivara, nós vamos, pelo amor de Deus, nós cooperando, sei que nós vamos nem que seja de rabetá. Mas ela rapidinho falou do motor do Valter [esposo da Elsa, irmã da Maria, ambas sócias do grupo de artesãs], mas só que o Valter já tinha fretado o motor dele para outra pessoa, aí ela pensou no barco do São João do Capivara, mandou dizer para nós reunir com a comunidade. A Eusa não teve coragem de falar porque ela sabe que tem sócio que não apoia o grupo né, aí a Maria disse que ela não falaria também, então ela disse fala Juliana que tu tem coragem, tu tem mais assunto e jeito de falar. Aí eu disse então convidem para a reunião que eu falo. Aí a Eusa e a Sonia [outra sócia do grupo] convidaram, aí apareceu à maioria dos moradores da comunidade, principalmente, os homens. Maninha eu pensei, deixa eles [os homens] falarem o que eles quiserem, se eles não derem o motor para a gente tudo bem, também a gente não vai brigar com os outros. A gente agradece, termina e a gente dá outro jeito para ir nessa oficina. Eu já sabia que tinha algumas pessoas que não concordariam. Aí na reunião eu falei para eles, como diz a Maria: Juliana é bom que tu fale por que tu não fala alto como eu. Aí eu falei para eles, ninguém sabia o motivo da reunião, perguntaram é da associação? Eu disse não, é uma reunião rápida que nós mulheres queremos ter com vocês. Aí eu fiz a abertura e falei qual era a pauta da nossa reunião; era que nós estamos precisando do barco para ir numa oficina de artesanato em Tefé. Falei que nós temos o nosso próprio motor

⁹ É a comunidade que reúne o maior número de lideranças atuantes no Setor Coraci (tanto homens como mulheres), ou seja, é a comunidade que detém o maior “capital econômico e simbólico” em termos de atuação na organização política local.

rabeta, tem a canoa que tá meio desorganizada, porque ela está entrando muita água [está com vazamento], e aí já não está mais prestando para fazer viagem longa, eu posso ir de rabeta, posso pegar uma canoa e o motor do meu marido, mas agora eu penso nas outras sócias do grupo que tem filho pequeno. Agora nós estamos pedindo se vocês liberam o barco aqui da comunidade para nós ir para Tefé participar da oficina, mas sem pagar a taxa que sempre é cobrada quando os comunitários usam o barco. Porque nós somos sócias e achamos que não temos direito¹⁰ de pagar essa taxa¹¹, o grupo de artesãs não tem condições de pagar, é possível nós levar as mulheres para essa reunião sem pagar essa taxa, só mesmo contribuindo com o diesel? Essa é a pergunta que eu faço para vocês. Tudo bem nós não quer brigar, nós não quer teima, nós só queremos uma decisão certa, se vocês não conseguirem a gente agradece e se conseguirem a gente agradece também. Aí ficou uma barulhada, um falava uma coisa e outro falava outra coisa, disseram que não dava não, para nós tudo bem, que nós somos sócias [mulheres moradoras da comunidade de São João do Capivara], mas lembraram que eles também eram sócios e toda viagem deixavam dois reais, cada viagem nós deixa dois reais, por que é assim é a regra, além do diesel nós deixa dois reais, e questionaram por que elas [mulheres das outras comunidades sócias do grupo] também não iriam pagar para deixar um pouco para manutenção do barco? Aí eu disse assim, olha gente, tá certo vocês estão pensando certo, mas só que no meu ponto de vista, eu vejo assim, quando o seu Antonio [morador de outra comunidade, marido e pai de várias sócias do grupo] tinha o motor dele nós cansamos de ir no barco dele, mas nós só contribuía com o diesel, nós não pagava taxa, e hoje se nós for cobrar das mulheres a taxa para usar o barco daqui da comunidade e elas tiverem que pagarem elas vão ter motivo de falar, por que elas nunca cobraram de nós, o dono do barco nunca cobrou de nós, ele só cobrava o diesel, mas se não dar tudo bem. Pesquisadora: Qual é a regra, é pagar somente o frete quando os moradores levam produtos para vender em Tefé? Juliana: Sim. Por isso eu disse nós vamos para uma oficina não vamos vender produtos. A Sonia que fala alto disse: agora por quê? Perguntou do homem que se chama “Chico Sousa”, por que elas vão ter que pagar, por quê? Me diz agora, o barco não é usado para a viagem do catequista, para levar daqui desse setor e levar de outro setor até a Boca do Bode [comunidade próximo de Tefé onde são realizados cursos de catequistas], eles deixam o dinheiro para o barco? O Chico Sousa respondeu: Não. E a Sonia questionou: E por que as mulheres daqui do Setor vão pagar? Nós não vamos passear, nós vamos para uma reunião, para uma atividade importante para as mulheres que são sócias do grupo, aí ele disse: ah! mas no nosso caso é uma reunião da Igreja. Aí a Sonia disse: mas nós também somos filhos de Deus porra, somos filhos de Deus. Ela falou revoltada chamando palavrão [sorrindo Juliana comenta que ela fala “filho de Deus e ao mesmo tempo chama um palavrão”]. Aí o Valcinho [presidente da comunidade de São João do Capivara na época] falou: rapaz da minha parte o motor esta liberado, pois não é toda vez que as mulheres pedem, na verdade elas nunca pediram esse barco para ir para reunião, elas merecem, elas participam de todas as reuniões, elas pagam a associação direitinho, e as nossas mulheres não estão no grupo por que elas não querem, então da minha parte está liberado, pode ir. Aí o Chico, que é solteiro, disse que não aceita, da parte dele o barco não saía não, se saísse, mas as outras [as mulheres que não moravam na comunidade São João do Capivara] tinham que pagar, por que eles eram sócios e pagavam. Foi ele quem puxou esse assunto e aí o negócio começou a complicar. Aí um falava dali, outro falava daqui, aí não liguemos para ele, aí o Valcinho disse que podia, o Valter disse que podia, sei bem que a maioria concordou. Agora eles disseram se caso quebrar o motor aí sim, o grupo vai ter que pagar as peças que quebrarem. Aí a Sonia

¹⁰ O uso do termo “direito” é usado no sentido de dever.

¹¹ Juliana esclareceu que na comunidade de São João do Capivara, a contribuição é usada para ajudar na manutenção do barco.

disse: “mas não vai quebrar porque nós não somos amaldiçoadas”. Juliana: eu falei assim para eles: para vocês verem que nós nunca pedimos barco, quando as oficinas eram aqui mesmo pelas comunidades nós podemos ir de rabeta. Para ir para Várzea Grande [outra comunidade] nós já precisemos do motor da Dona Graça [sócia do grupo já falecida] uma vez para ir, por que agente não tinha canoa, mas nós cooperamos, ela veio de lá, aí nós demos o combustol e fomos todas juntas. Então agora chegou o ponto de nós pedir de vocês o barco por que quando a Dona Graça era viva a gente andava no barco dela, nós já enfrentamos até temporal, Então para nós se dispor daqui até Tefé com as mães que tem filho pequeno, no sol quente, debaixo de um temporal, então é por isso que nós estamos pedindo de vocês, mas só que a gente tem que ter um bom diálogo. Eu disse ainda que no caso da gente conseguir diesel que possa sobrar uma lata ou duas, nós deixa para o barco, nós deixa, nós vamos lutar para ter o combustol de ida e volta uma lata ou duas nós deixa para o barco, aí eles [os homens] disseram tá bom.

Observamos que diferentes personagens atuam neste confronto de posições que ocorre durante a reunião convocada pelas mulheres. Na narrativa de Maria Juliana e outras personagens são enfatizadas como, por exemplo, as sócias do grupo, Maria e Eusa, que embora não estivessem presentes, Juliana faz questão de ressaltar o quanto elas foram importantes para que a reunião acontecesse. Por sua vez, Sonia, é a personagem que Juliana traz à tona para descrever o comportamento que geralmente algumas mulheres têm durante uma reunião e em outras atividades do grupo. São comportamentos regados de pouca diplomacia e que podem trazer à tona conflitos, mas que também reflete exatamente como as relações são travadas no cotidiano das comunidades no contexto da organização do grupo.

O presidente da comunidade e os demais sócios homens são referenciados por Juliana, na medida em que eles tomam posições contra ou a favor, isto porque, ela procura enfatizar como cotidianamente as mulheres do grupo estão em permanente negociação para alcançar seus interesses coletivos e, como as sócias do grupo desenvolvem estratégias diversas para dar andamento nas atividades do grupo, mesmo com todos os obstáculos enfrentados.

Por meio da narrativa de Juliana, observamos que a artesã faz um exercício de mostrar como a reunião foi planejada. Expressa ainda quais são os receios das mulheres e quais as expectativas criadas com relação ao pedido que as mulheres formulam aos moradores da comunidade de São João do Capivara. Percebe-se que há um planejamento de como as mulheres projetam reagir diante do resultado da reunião. De outro modo, Juliana, apresenta os argumentos que ela lançou mão para legitimar o pedido. De um lado, ela se posiciona ressaltando que as mulheres são agentes sociais que têm direito de usar um patrimônio coletivo da comunidade, pois cumprem com suas obrigações enquanto sócias da associação. De outro, ela mostra que não pretende contra-argumentar ou se rebelar, caso a proposta não seja acatada por todos, como se tivesse mantendo a aparência de obediência passiva às regras. Neste sentido reporto-me ao posicionamento de Bourdieu (2004) sobre a noção de estratégia

[...] o bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige. Isso supõe uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, nunca perfeitamente idênticas. O que não garante a obediência mecânica à regra explícita codificada (quando ela existe) [...] (2004:81).

Com este entendimento a artesã que protagoniza este evento demonstra habilidade e capital simbólico para se posicionar dentro do jogo. De maneira que tal capital lhe garante vantagens e prestígio diante das lideranças masculinas, e, portanto, favorece resultados positivos para os interesses das artesãs, bem como, cria um campo favorável para que às mulheres possam se reposicionar dentro de um campo de poder.

Este trecho da entrevista é emblemático para revelar como as mulheres que fazem parte desta organização se articulam para acessar um campo social em que os direitos e interesses devem ser pleiteados a cada dia.

De outro lado, ao fazer questão de relatar a atuação da sócia Sonia, a artesã Juliana demonstra compartilhar dos argumentos da mesma, muito embora ela comente que falta certa “etiqueta social” em Sonia na forma de se expressar e de negociar com os principais interlocutores presentes na reunião, de modo a garantir o “controle do jogo”.

Outro aspecto importante presente nesta narrativa é a postura das mulheres em instituir estratégias e manipular regras sociais que estão estabelecidas. Como postula Bourdieu, os sujeitos são agentes ativos manipulando regras em busca de seus interesses (BOURDIEU, 2004). Um exemplo dessa conduta é o argumento que foi usado para justificar o uso do barco, ou seja, que a atividade é importante para as mulheres em termos de qualificação do trabalho empreendido pelo grupo. De outro modo, outro argumento lançado mão para sensibilizar, principalmente os homens, são os “riscos de vida” que as mulheres podem se deparar juntamente com seus filhos, caso não tivesse ao seu dispor um transporte que possa garantir a segurança e o conforto para todos os passageiros. Assim notamos que está presente no discurso da artesã uma eficácia simbólica, visto que, a proposta de solicitação do barco encontra-se alicerçada numa situação real. Como se refere Bourdieu a construção dos grupos deve estar alicerçada nas afinidades objetivas entre as pessoas que se quer reunir (2004, p. 166).

Há uma lógica de comportamento para que os resultados de um trabalho sejam garantidos em longo prazo. Existe uma perspectiva política no agir diante de um campo estruturado. Observa-se que ao final da negociação, a artesã faz um discurso para reforçar uma relação de diálogo com as lideranças sempre que houver necessidade. Seguindo esta estratégia a artesã assume o compromisso de retribuir a liberação do barco pela comunidade, deixando-o abastecido de modo a ser utilizado posteriormente. Esta iniciativa adquire, a priori, uma posição contraditória, porque o principal argumento para o não pagamento da taxa pelo grupo é justamente a “falta de condições financeiras” do grupo. Quando há comprometimento em garantir o abastecimento do barco, as mulheres assumem ter condições financeiras, ao meso tempo que procuram aumentar as possibilidades de uma negociação semelhante em outro momento a partir desta “dáviva” trocada.

Nota-se que as palavras usadas pela artesã exercem um poder de mobilizar coisas e, assim consiste num dos principais instrumentos da estratégia lançada mão durante o processo de convencimento das pessoas presentes na reunião, especialmente, os homens. Assim as palavras utilizadas estão relacionadas a uma performance encenada para atingir os propósitos do grupo junto à comunidade como um todo. Como propõem Bourdieu, “o poder simbólico é um poder de fazer coisas com as palavras” (2004, p. 166/167).

A fala da artesã que protagoniza este episódio expressa um discurso autorizado pelo grupo. Sua “performance de negociadora” reflete uma fala qualificada. Observamos que muitos aspectos do discurso produzem sucesso e em outros casos são descartados, mas podemos afirmar que esta artesã detém o poder no discurso que é elaborado por ela para que o grupo possa atingir seus objetivos.

O fato das outras artesãs, como Maria e Eusa (duas irmãs e que tem um histórico de envolvimento maior nas atividades organizativas das comunidades) recorrerem a Juliana para que a mesma lidere a reunião e repasse o pedido das mulheres para a comunidade representa o reconhecimento de Juliana como detentora de prestígio e capital simbólico junto ao grupo e a comunidade.

O discurso explorado por Juliana ressalta o sentimento de unidade e solidariedade existente no grupo, bem como a preocupação que as mulheres têm de propiciar segurança e conforto para as sócias que têm filhos pequenos e que obrigatoriamente devem acompanhar as mães nas atividades do grupo. Isto não significa afirmar que há um clima de harmonia presente nas relações do grupo e/ou ausência de tensões e conflitos. Pelo contrário, embora exista um interesse coletivo em jogo, ao mesmo tempo em que dádivas estão sendo trocadas com a comunidade (especialmente com os homens), contraprestações de

dávias (Cfe Mauss, 2003) estão sendo retribuídas através da conquista do acesso ao barco para uso de todas as mulheres associadas ao grupo.

Considerações gerais

A trajetória do Grupo de Artesãs revela várias questões sobre os papéis sociais desempenhados pelas mulheres e suas expectativas sobre os processos de tomadas de decisões. Para compreender profundamente os deslocamentos alçados pelas artesãs, algumas questões são pertinentes para serem examinadas futuramente: A conquista da própria fonte de renda representa uma “autonomia” financeira que reflete nas ações individuais e familiares? A posição das mulheres numa sociedade é determinada pelo grau de controle que exercem sobre seu próprio trabalho e sobre o produto deste? O acesso à renda é uma estratégia de agenciamento das mulheres em várias esferas da vida, seja ela familiar, política, econômica?

A proposta teórica que Strathern (2007) defende, ao dizer que o simbolismo de gênero exerce papel importante na concepção das pessoas sobre a vida social, aponta para a realidade aqui analisada, sobretudo, ao dizer que as práticas sociais e a orientação das ideias advêm da maneira como os homens e mulheres na realidade investigada concebem o simbolismo de gênero.

No meu entendimento a tese de Strathern (2007) sugere que este Grupo de Mulheres agencia práticas e percepções diferentes muito particulares. A priori, a trajetória deste grupo proporciona uma reflexão interessante sobre os papéis sociais exercidos pelas mulheres bem como as concepções dos homens com relação às mulheres. O que se percebe é existência de uma lógica própria definida por elas dentro de um contexto social em que tudo precisa ser negociado com os homens, que sempre estiveram à frente dos processos de tomadas de decisões. Embora os processos de inserção política das mulheres ainda sejam elementares, a formação e a caminhada do grupo inseriram as mulheres como a gentes sociais em redes de relações específicas, a partir da especificidade da organização coletiva construídas pelas artesãs.

A experiência deste grupo se estende por mais de uma década de caminhos trilhados, e muitos desafios enfrentados. Assim podemos afirmar que a organização do grupo e, a produção sistemática de artesanato conduziu as mulheres a um processo de “encorajamento coletivo” que as situou de modo mais visível no panorama político e econômico local. Isto significa sugerir, a priori, que houve alterações nas relações sociais e, ao mesmo tempo criou-se relações de poder diferenciadas das que já existiam antes da formação do grupo.

Neste momento da análise podemos dizer, que não é o espaço denominado “público” a referencia valorativa de atuação tanto para os homens como para as mulheres moradoras das comunidades investigadas. Os sujeitos sociais agenciam suas ações e seus pontos de vistas nos espaços considerados pertinentes e oportunos do ponto de vista local.

Peralta e Alencar (2008) no estudo feito em duas comunidades ribeirinhas da Reserva de Mamirauá (vizinha à RDS Amanã) apresentam as mudanças geradas nos papéis clássicos dos gêneros nas unidades domiciliares destas comunidades. As autoras apontam que, de modo geral, o aumento da renda familiar é entendido como positivo, pois implica em aumento do patrimônio familiar, acesso a diversos bens de consumo e autonomia das mulheres na gestão do orçamento doméstico.

Pondero a análise no sentido de questionar em que medida a atuação das mulheres mediada pelo acesso a um capital econômico e político, pode ocasionar transformações nas relações sociais, bem como, se as mudanças implicam em alterações nas estruturas sociais?

Neste sentido os depoimentos das artesãs revelam as diferentes estratégias utilizadas pelo grupo para garantir o direito no campo político de tomadas de decisão no âmbito da organização comunitária local. São colocadas em prática estratégias de manipulação de normas visando atingir os interesses do grupo. É a partir da organização em torno da produção do artesanato, que as artesãs almejam não somente, ter

uma fonte de renda para suas famílias, mas encontram também um caminho para sentirem-se valorizadas e intuídas como agentes políticos atuantes em todos os campos sociais.

Há uma linguagem que prescreve como - a partir do empoderamento econômico obtido através da renda oriunda da produção de artesanato – as mulheres passam a se relacionar com os homens nas comunidades. É uma luta permanente de equalizar tensões e uma ideia de política através de uma linguagem e de uma etiqueta de comportamento forjada para garantir rupturas e mudanças num campo de relações estruturadas e estruturantes.

Referências bibliográficas

AMAZONAS. Decreto nº 19.021, de 04 de agosto de 1998. Cria a Unidade de Conservação denominada Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, RDS Amanã, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, Poder Executivo, Manaus, 6 ago. 1998. V. 104, n.28978.

BOURDIEU, Pierre. (1996). Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papirus

_____ (1997). Compreender: A miséria do mundo. Rio de Janeiro: Vozes.

_____ (2004). Coisa Ditas. São Paulo: Brasiliense.

_____ (2006) A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre.

_____ (2009). O poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DELEUZE, Gilles (2005). Do arquivo ao diagrama. In: Foucault. São Paulo: Brasiliense.

FONSECA, Cláudia. (1995). Gênero: identidades múltiplas. In: Horizontes Antropológicos: Gênero. Ano 1, N.1.

FOUCAULT, Michel (1988). História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal

GROSSI, Miriam. (1998). Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, n.24, Florianópolis: UFSC.

MAUSS, Marcel (2003). Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify.

ROSALDO, Michele. (1995). O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Horizontes Antropológicos: Gênero, Ano 1, N.1.

_____. (1979). A Mulher, a cultura e a Sociedade: uma revisão teórica. In: LAMPHER, Louise. e Rosaldo, Michele. (Orgs). A mulher, a cultura e a sociedade, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

PERALTA, Nelissa; ALENCAR, Edna. (2008). Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. Campos, Curitiba, PR, v.9, n.1, p.109-129.

STRATHERN, Marilyn. (1997). O Gênero da Dádiva. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.